

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 3º BIÊNIO

No dia 04 de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14 horas, via plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber:

Amanda Theodoro de Souza, representante suplente de SGM; João Victor Santos Salge, representante titular do Instituto Jô Clemente; Nilda Keiko Toyomoto Ito, representante suplente de SMADS; Camila Pinto de Souza Sawaia, representante titular da CoCriança; Vinícius Cappucci, representante suplente do Poder Legislativo; Athenê Maria de Marco França Mauro, representante titular de SMS.

Também estavam presentes Camila Paiva (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Lara Vitoria Abreu dos Santos (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Maria Isabel Meunier Ferraz (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância); Micheli Silva (SMADS); Michele Yu Wen Tjioe (CMDCA, SMDHC).

A sra. Amanda Theodoro (SGM) inicia os trabalhos apresentando a agenda da reunião, a saber: informes; oficinas piloto de escuta de crianças realizadas em parceria com a CoCriança; Plano de Ação 2025-2028 do Plano Municipal pela Primeira Infância; calendário de reuniões da Comissão de Avaliação do PMPI para 2026; encaminhamentos.

Começando com o informe sobre a articulação da agenda integrada de infância e clima de São Paulo, a sra. Amanda explica a realização de eventos sobre o tema, considerando a recente assinatura da “Declaração Crianças no centro da ação climática: um compromisso político para a COP 30”, por autoridades municipais visando que as crianças sejam consideradas nas discussões sobre o clima na cidade. Além disso, reforça que a ideia é continuar essa discussão, evidenciando o tema no Plano de Ação 2025-2028 do Plano Municipal pela Primeira Infância e na revisão do Plano de Ação Climática da Cidade.

Seguindo a agenda, a sra. Amanda passa a palavra para a sra. Lara Abreu (SGM), que relata sobre as oficinas piloto de escuta de crianças realizadas em parceria com a CoCriança em dois CCAs da Brasilândia: Jardim Princesa e Vista Alegre. As oficinas foram articuladas pela equipe da SMADS, SAS (Supervisões de Assistência Social) e CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) do território. E que como as unidades ficam próximas, as atividades foram conduzidas com o mesmo grupo de crianças de 6 anos nos dois períodos, no Jardim Princesa participaram 11 crianças, e no Vista Alegre, 8.

Sobre o mesmo assunto, a sra. Camila Sawaia (CoCriança) expõe que ainda não foi possível aprofundar a análise das escutas, pois a atividade ocorreu recentemente, mas relatou de forma detalhada como se deram os dois dias de oficinas. Segundo ela, foram encontros muito positivos, com crianças bastante interessadas, engajadas e abertas à proposta lúdica, e afirma que elas interagiram

bastante com a metodologia de escuta previamente apresentada. Sobre a primeira atividade plástica na qual as crianças deveriam se desenhar, a sra. Camila destaca observações que chamaram a atenção no momento, principalmente pelo fato da autoimagem aparecer de maneira muito forte: uma das crianças ficou angustiada por não encontrar um tom de canetinha que representasse sua cor e acabou se desenhando com pontos de interrogação, comentando que “ele era só perguntas”; já outra menina se representou loira, de cabelo liso e comprido, embora na realidade tivesse um cabelo preto. A sra. Camila comenta que esses elementos devem ser aprofundados na análise posterior, especialmente considerando que foram apenas 11 crianças, mas que são indicações importantes sobre identidade e percepção de si. Acrescenta ainda que um outro ponto marcante é que muitas crianças incluíram familiares em seu desenho, mostrando que a figura do outro aparece fortemente na autorrepresentação.

Ainda sobre a atividade plástica, a sra. Camila explica que em um segundo desenho as crianças deviam representar o que mais gostavam de fazer no dia a dia. Relata que surgiram atividades muito ligadas à rotina e ao convívio familiar: “ir ao mercado com a mãe”, “ficar com vizinhos”, além do brincar. Acrescenta que havia um terceiro desenho planejado, mas como o grupo de crianças já estava cansado, e como era apenas um piloto, optaram por fazer uma pausa e já seguir para a segunda atividade. A qual, de acordo com a sra. Camila, envolvia materiais naturalizados para que as crianças pudessem representar como era seu cotidiano, com quem viviam, e assim observar dinâmicas de relação. A sra. Camila comenta que um dos achados mais interessantes foi a forte presença da natureza nas cenas representadas, aparecendo repetidamente, algo que as analisadoras ainda estão refletindo se pode ter sido influenciado ou não pelo material. Adiciona que também surgiram cenários de embate: batalhas, conflitos e até brigas entre irmãos. Também apareceu com frequência o tema da morte: uma menina encenou um enterro, e na oficina seguinte outras crianças trouxeram relatos sobre parentes falecidos.

Sobre a segunda oficina, a sra. Camila apresenta que a oficina começou com um mapeamento afetivo coletivo, no qual as crianças desenharam o entorno do CCA e de suas casas. A maioria iniciou pelo desenho da própria casa e, a partir dela, representou locais próximos, especialmente casas de familiares, que apareceram como referências muito marcantes. Explica que após o mapeamento, o grupo fez um percurso até uma praça próxima, onde as crianças comentaram como já utilizavam aquele espaço com o CCA ou com suas famílias, ao retornarem, as crianças relataram que o que mais gostaram foram os brinquedos do parquinho, e o que menos gostaram foi a presença de lixo. E conclui que outras percepções podem aparecer conforme revisarem as anotações da oficina, mas que esse panorama inicial já evidencia a relação das crianças com o entorno e com os espaços de brincar.

Em seguida, a sra. Amanda agradece a sra. Camila pelo relato detalhado e reforça o quanto a oficina foi bem-recebida, reconhecendo também a articulação da

SMADS e o apoio das equipes dos CCA. Em seguida, a sra. Nilda Ito (SMADS) parabeniza o trabalho, destacando o valor de ouvir as crianças e o forte envolvimento entre SMADS, CRAS Brasilândia 3, a gestora da parceria, bem como das equipes de SGM/SEPE (Lara) e do Cocriança (Camila), além das equipes dos serviços. Comenta que ficou encantada com o processo, inclusive com o cuidado demonstrado na operacionalização da atividade. A sra. Camila acrescenta que, durante o percurso, o grupo visitou o CRAS e foi recebido pelo Ricardo, que apresentou o equipamento às crianças. A sra. Nilda conclui reforçando que a interlocução entre equipes foi muito positiva, com constante troca de informações e agradecimentos enviados aos envolvidos, valorizando também a participação das próprias crianças no processo. Ainda sobre esse assunto, a sra. Amanda destaca a riqueza da experiência e os aprendizados que ela traz para o fortalecimento da escuta de crianças como eixo permanente do trabalho. Explica que a prefeitura vem estudando formas de institucionalizar esse processo e agradece novamente às equipes envolvidas.

Discutindo agora o Plano de Ação 2025-2028 do Plano Municipal pela Primeira Infância, a sra. Amanda apresenta o conjunto atualizado de distritos prioritários definidos a partir do diagnóstico territorial que orienta esse plano. Relembra que esse diagnóstico, elaborado anualmente com base em indicadores sociais e de saúde, identifica os territórios com maior vulnerabilidade e ajuda a direcionar pilotos, novos serviços e ações intersetoriais. Lista os indicadores que compõem o índice — número de crianças na primeira infância cujas famílias recebem o Bolsa Família, taxa de universalização da educação infantil, taxa de mortalidade infantil, proporção de nascidos vivos de parturientes que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal, proporção de gestantes adolescentes, proporção de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, razão de mortalidade materna, idade média ao morrer, notificações de violência no SINAN, número estimado de domicílios em favelas e população em situação de rua — e explica que o ranqueamento dos 96 distritos permitiu definir os 30 mais vulneráveis. Destaca ainda que a escolha da Brasilândia para a escuta foi coerente com esse diagnóstico, por ser atualmente o distrito mais vulnerável da cidade conforme este ranking. Finaliza convidando a todos a considerarem esses dados no planejamento das ações e passa a palavra para a sra. Maria Isabel (SGM) apresentar a parte seguinte do plano de ação.

A sra. Maria Isabel retoma a importância do índice criado para definir os territórios prioritários, reconhecendo que, apesar de ser um avanço, ele pode ocultar especificidades de alguma política setorial. Por isso, o diagnóstico a ser divulgado trará todos os indicadores também de forma desagregada, permitindo identificar em quais dimensões cada distrito apresenta maior vulnerabilidade. Informa que em breve serão lançados o diagnóstico completo e o Plano de Ação 2025–2028, que operacionaliza o PMPI no âmbito do poder executivo municipal. Explica que o plano atual introduz inovações importantes, destacando: a ênfase ampliada em metas de prevenção e enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, tema antes pouco detalhado no PMPI; as metas voltadas ao tema do uso abusivo de álcool e

outras drogas, especialmente considerando seus impactos sobre gestantes, pais e cuidadores; a incorporação transversal das mudanças climáticas e seus efeitos sobre a primeira infância; e o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias e cuidadores, reconhecendo que a política para a primeira infância envolve não só ações diretas para crianças de 0 a 6 anos, mas também para quem cuida delas.

Logo após, a sra. Maria Isabel apresenta o cronograma de elaboração do plano, destacando: rodadas técnicas com as secretarias em outubro e novembro; consolidação final das metas até o dia seguinte, 05/12; validações técnicas até 15 de dezembro; e posterior discussão em reunião ampliada da Comissão Técnica. Finaliza ressaltando que o plano está maduro, que as secretarias trouxeram propostas novas e que todas as metas precisam ser monitoráveis e avaliáveis, garantindo uma análise detalhada nos balanços anuais. Além disso, destaca que o Plano de Ação é um instrumento exclusivamente do poder público municipal, refletindo ações do executivo, diferentemente do PMPI, que envolve também sociedade civil, legislativo e demais atores. Enfatiza a importância de que esses atores externos também reflitam sobre quais contribuições podem assumir frente às diretrizes do PMPI, uma vez que os balanços anuais também registram ações que ocorrem fora da Prefeitura. Menciona ainda que o plano deve funcionar como indutor para que outros setores se engajem em iniciativas alinhadas ao desenvolvimento da primeira infância, especialmente em temas que extrapolam a competência direta da gestão municipal.

Sobre o mesmo assunto, a sra. Amanda concorda e explica que é importante que cada instância representada na Comissão reflita sobre qual é seu espaço de atuação e contribuição dentro dos eixos do PMPI. Observa que, em geral, o balanço anual envolve uma coleta de ações realizadas, e que seria mais qualificado se cada setor pudesse apresentar previamente intenções estratégicas, limites e prioridades, ao invés de apenas resgatar ações já realizadas. Propõe que essa reflexão seja incorporada à primeira reunião do ano seguinte, na qual: a CoCriança apresente os resultados da escuta das crianças após a sistematização; a equipe possa apresentar o Plano de Ação consolidado; cada instância possa compartilhar perspectivas e contribuições planejadas para o quadriênio; e seja possível pactuar prioridades conjuntas e aprimorar o monitoramento do PMPI, com papéis mais claramente definidos para cada ator. Sugere ainda que essa próxima reunião seja presencial, por trazer uma aproximação maior para a discussão.

Seguindo a discussão, o sr. Vinicius Capucci (Poder Legislativo) destaca preocupações do legislativo para o próximo ano devido ao período eleitoral, que pode limitar a apresentação de emendas parlamentares, e citou o mapa apresentado indicando maior concentração de desafios na Brasilândia. Ressalta a importância de que vereadores identifiquem ações e organizações atuantes no território e questiona se o levantamento exibido seria encaminhado apenas aos gabinetes da Secretaria ou também ao conjunto dos gabinetes parlamentares, sugerindo que o legislativo como um todo fosse informado. A sra. Amanda esclarece que o material mostrado se refere

ao cronograma do plano de ação do Executivo e explicou que há disponibilidade para apresentação do plano, quando finalizado – ao legislativo e à da Comissão de Crianças e Adolescentes, por exemplo. O sr. Vinicius reforça que alguns vereadores que produzem projetos voltados à primeira infância não integram a Comissão, o que justificaria ampliar o envio das informações.

Ainda sobre esse ponto, a sra. Maria Isabel explica que o primeiro encaminhamento do plano deve ser direcionado às secretarias, para validação dos secretários antes de qualquer envio ao legislativo. O sr. Vinicius manifesta preocupação com o calendário eleitoral e a consequente limitação para destinação de emendas, e a sra. Athene Mauro (SMS) reforça que, além das emendas, é essencial apresentar o plano de ação dos próximos quatro anos à Câmara Municipal, já que muitos projetos legislativos chegam desalinhados com políticas já existentes, defendendo também uma apresentação ao CMDCA após a validação final.

Em seguida, a sra. Michele Yu Wen (CMDCA) explica que o Conselho pretende, em 2026, ampliar o planejamento sobre primeira infância, especialmente no que diz respeito ao financiamento de projetos via FUMCAD, priorizando eixos ligados ao tema. Destaca que o CMDCA deseja discutir essas pautas com a diretoria do conselho e na plenária, além de realizar reunião de alinhamento com a Comissão, buscando maior coordenação intersetorial, já que hoje há muitas ações pulverizadas. Reforçou que o Conselho está aberto ao diálogo e disposto a colaborar em ações conjuntas. A sra. Amanda agradece a contribuição, ressalta o esforço para fortalecer o financiamento e a articulação em torno do novo plano de ação, e retoma o diálogo com o sr. Vinicius, reafirmando a proposta de apresentar o plano ao legislativo após sua validação pelos gabinetes e destacando que, embora a data de referência para a próxima reunião ordinária desta comissão seja 05/03/2026, articulações e compartilhamentos podem ocorrer antes, garantindo apoio não só à proposição de emendas e ao acompanhamento mais amplo pelo legislativo, sociedade civil e CMDCA.

Em um próximo momento, o sr. Vinicius destaca sua preocupação com a instabilidade do calendário legislativo, explicando que as comissões só são definidas após 1º de fevereiro e que, em 2025, a Comissão de Crianças e do Adolescente só foi formada entre abril e maio, o que dificultou o trabalho. Informa que já está elaborando um relatório completo das ações do ano para facilitar a transição, caso haja mudança de membros, e se compromete a tentar reservar uma sala na Câmara para a apresentação presencial do plano de ação no momento oportuno. A sra. Amanda agradece a disponibilidade e considera pertinente transformar essa articulação em encaminhamento, propondo que o sr. Vinicius identifique uma oportunidade de agenda para a apresentação dos resultados do plano de ação do executivo. Dialogando com a sra. Michele, também reforça a disponibilidade de apresentação ao CMDCA e que esse processo poderá apoiar debate no âmbito do CMDCA.

Em sequência, a sra. Amanda apresenta a proposta de calendário: reuniões ordinárias trimestrais, sempre na primeira quinta-feira do mês, com possibilidade de extraordinárias. Informa que o convite será enviado para que todos mantenham as datas na agenda e que o próximo encontro, proposto para ser realizado presencialmente, incluirá tanto pautas de rotina da comissão quanto o compartilhamento das ideias e iniciativas propostas pelas demais instâncias da comissão para o novo ciclo e para qualificação da avaliação do PMPI. E reforça o caráter do grupo como espaço de troca e fortalecimento das ações. Por fim, a sra. Amanda alinha o encaminhamento da ata, que será enviada por e-mail até o dia 11/12 para validação ou retificação até 16/12, antes da publicação no portal.

Sem mais assuntos a tratar, a sra. Amanda encerra a reunião e eu, Camila Paiva (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância), lavrei a presente ata.

São Paulo, 09 de dezembro de 2025.